

Memória, História e Literatura

A retomada do passado através da literatura pode sugerir uma releitura daquilo que foi marcado e conservado pela história oficial, se, como alega Paul Veyne, “a história é filha da memória” (1998, p. 19), o que se estabelece na construção da história da mesma forma torna-se concreto na memória. A procura por uma definição e conceito de memória, por sua vez, tem como início os estudos da psicologia e psiquiatria, as quais a definem “como propriedade de conservar certas informações” e “um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1924, p. 423). Além disso, o autor deixa claro “o passado não é a história mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (p. 49).

Para além das definições apresentadas por Jacques Le Goff, sabemos que as ciências humanas igualmente se apropriam do conceito de memória a fim de compreender como ela se manifesta no âmbito social tanto por meio da experiência individual dos sujeitos quanto da experiência coletiva de determinados grupos. Assim sendo, nas palavras de Le Goff, “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (p. 426), o estudo da memória social seria, portanto, capaz de evidenciar os ruídos deixados pela história que se quis homogênea e fechada utilizada em prol dos dominadores do poder.

O controle da história, do passado e, consequentemente, da memória infere, assim, na opressão coletiva de grupos tidos como minoritários, uma vez que quem controla esses mecanismos detém o poder de não apenas assegurar que a história seja escrita e descrita a partir da memória do dominador, como também infere na impossibilidade desses grupos de retomarem ou/e reescreverem suas próprias histórias. E essa impossibilidade faz-se mais evidente quando nos deparamos com uma das investidas do projeto colonial no Brasil cujo esforço de apagamento da memória dos povos trazidos para serem escravizados foi bem

¹ Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade de São Paulo (USP).

sucedido ao passo que instaurou e normalizou outra memória – a do colonizador – como universal e pertencente a toda população. Sendo assim, o colonizador, ao controlar a memória coletiva, converte-se em senhor “da memória e do esquecimento” (LE GOFF, 1924, p. 426) e faz parte do grupo “dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (*idem*).

Sobre o domínio coletivo, vide as palavras de Jacques Le Goff:

No domínio da história, sob a influência das novas concepções do tempo histórico, desenvolve-se uma nova forma de historiografia – a “história da história” – que, de fato, é na maioria das vezes o estudo da manipulação pela memória coletiva de um fenômeno histórico que só a história tradicional tinha até então estudado (p. 474).

Segundo o autor, a história “fermenta a partir do estudo dos “lugares” da memória coletiva” (p. 473), os quais são:

Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história (p. 473).

No entanto, se há um sistema que manipulou e continua manipulando a história e a memória da e sobre a população negra, esses “lugares da memória coletiva” só dizem respeito à memória do colonizador, enquanto outras histórias ficam excluídas e não são retomadas por essa historiografia oficial, com isso, tais “esquecimentos e os silêncios são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 1924, p. 426). E como resultado do projeto, temos uma história do passado do povo negro contada somente a partir do período colonial, como se a história da população negra só pudesse ser descrita e/ou retomada por meio da colonização no Brasil onde seus corpos, suas culturas, suas subjetividades e desejos foram constantemente solapados, e a história que se inscreve e permanece é a da violência sofrida, inviabilizando quaisquer agências e protagonismos que tenham sido vividos pela população escravizada.

A Literatura pode, portanto, servir como um instrumento de investigação da historiografia oficial evidenciando a intencionalidade do discurso predominado acerca dos reminiscências da diáspora negra, já que sabemos que o discurso colonial foi pensado e construído como projeto político de controle, opressão e exclusão. Dessa forma, conforme Valdeci Rezende Borges, “devemos ficar atentos aos mecanismos de funcionamento da comunicação, do pensamento, das variadas práticas socioculturais, das visões de mundo e das memórias” (p. 97), visto que “as percepções do social não são neutras; produzem e revelam estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade, uma hierarquia, um projeto, uma

escolha” (BORGES, 2010, p. 96 apud CHARTIER, 1990, p. 16 -17,28). Não obstante, como alega Chartier (2009, p. 24-5, 27-8) conforme citado por Borges (2010, p. 99):

[...] a literatura se apropria não só do passado, como também de documentos e das técnicas da disciplina histórica, como o dispositivo de criar o “efeito de realidade”, abordado por Barthes, como uma modalidade da “ilusão referencial”, com a multiplicação de notações concretas destinadas a carregar a ficção de um peso de realidade.

Por isso, é possível uma leitura e análise “entrecruzada pelos aspectos-históricos e estéticos” (BORGES, 2010, p. 105) que as obras literárias carregam com o fim de alcançar a historicidade dentro dos textos literários em razão de verificar a transformação desse objeto na história, assim como investigar a maneira como o próprio momento histórico é narrado e a forma como é representado, pois, como dito anteriormente, nenhum discurso é ingênuo. Cabe à literatura, desse modo, pela capacidade de gerar sentidos, contradizer o que foi estabelecido e alcançar a superação na discursividade desses textos.

Para Borges, a literatura:

[...] detém um valor temporal, histórico, o qual se pode desvelar por meio um processo de historicização, ou seja, de sua inserção no tempo e na sociedade em que foi produzida, clareando a relação de trocas recíprocas, de contatos e interações entre essas dimensões, suas aproximações e seus distanciamentos internos e externos (p. 105 - 106).

À vista disso, retomar a história dos negros escravizados, por meio da ficção, pode ser uma forma de contar uma outra história sobre esses indivíduos e possibilitar a recuperação de uma memória coletiva da história e ancestralidade desse povo, por isso, devemos, como sugere Frantz Fanon, retomar o passado com uma condição de fonte e de liberdade (2018), pois, reconquistar a memória coletiva “também é um instrumento de poder” (LE GOFF, p. 476) que deve ser reivindicado pela população negra. Utilizar a literatura com intuito de apresentar um outro lado da história da escravidão no Brasil, para Marcelo D’Saete “devido à grandeza do evento [...] certamente merece novas interpretações” (2017, p. 419). Sendo assim, a ficção teria, para D’saete, um papel essencial nessa retomada, pois como afirma o quadrinista “é a partir dela que podemos transpor muros e acessar, pela poesia e arte, aqueles homens e mulheres” (*idem*)

O Pós-colonial e uma outra história de Palmares

O colonialismo foi um acontecimento histórico que mudou a história da humanidade e a maneira como nós nos enxergamos e enxergamos os outros. Tal evento causou a ruptura do mundo moderno gerando o que Fanon (1968) alega, em *Os condenados da terra*, “um mundo cindido em dois” (p.28). Em decorrência desse evento, as sociedades e as configurações

sociais sofreram mudanças radicais fazendo com que a história, tradição e ancestralidade das civilizações colonizadas fossem perdidas ou/e “desmemorizadas”. Em relação à história africana, o tráfico de pessoas negras foi “o ponto de partida de uma desaceleração” que culminou numa “paragem da história africana” (KI-ZERBO, 2066, p. 24-25 apud MATA, 2014, p. 34) daí a dificuldade da retomada de uma nacionalidade africana cuja memória – por conta das investidas violentas do sistema colonial – ainda é muito recente.

No artigo *Colonialismo e História* (2015), Isabel Castro Henriques destaca os inúmeros marcadores que caracterizam o colonialismo, sendo eles:

[...] a desigualdade relacional e a descontinuidade territorial entre o país colonizador e o país colonizado, a disjunção cultural e social entre colonizados e colonizadores, a eliminação da autonomia do colonizado e a hegemonia sempre reforçada do colonizador -, deve registrar-se, por um lado, o exercício constante de desmemoriação das populações dominadas em relação à sua própria história, introduzindo a história do colonizador e incentivando uma nova memória que reorganiza a hierarquização dos homens de acordo com a norma do colonizador, e por outro, a manipulação ideológica dos grupos que integram o espaço do colonizador, confrontados com categorias legitimadoras – a nação, a civilização, a história – das violências impostas pelo fenómeno colonial (p. 4).

No que concerne a esses marcadores, é fulcral ponderar o papel que Estado ocupa nessas transformações, dado que o Estado Nacional Burguês, enquanto instituição, molda e tem poder sobre tudo e todas as histórias. A construção de um discurso oficial fundado na concepção hegemônica – que sempre se pretende universal – foi oficializada por meio das instituições estatais culminando em uma historiografia que, durante séculos, incapacitou a população negra de construir e retomar suas histórias, além de dificultar outras maneiras de narrar e recontar a escravidão no Brasil e a visão desse sistema através dos povos escravizados.

Nas palavras de Stuart Hall (2003), o pós- colonial, por sua vez,

[...] se refere à "colonização" como algo mais do que um domínio direto de certas regiões do mundo pelas potências imperiais. Creio que significa o processo inteiro de expansão, exploração, conquista, colonização e hegemonia imperial [...] (p. 112).

Compreendendo o peso que o termo “pós- colonial” carrega e as discussões existentes a respeito do conceito, não me cabe aqui reaver essas discussões a fim de expô-las para concordar ou discordar delas, e sim tentar trazer às discussões a reflexão de que o pós-colonial pode ser uma das maneiras de abrir a história oficial para permitir que narrativas como as de Marcelo D’Salete possam desestabilizar o pensamento hegemônico. Com fundamento nisso, Inocência Mata, ao expor a noção de “bibliotecas coloniais”, as quais designam às culturas dos povos colonizados (ou subalternos como usa a autora) o estatuto de

inferioridade comparado às culturas dos povos ocidentais (2014), afirma que é preciso desestabilizar as “epistemologias prevaletentes” (p. 29) e “chamar a atenção para a perversidade de determinados tropos tão caros a uma certa ciência, como cânone e universal, cosmopolitismo ou globalização” (idem). Mata (2014) expõe a crítica ao termo e reconhece que não há apenas uma teoria pós-colonial e sim um acoplado de estudos dentro da teoria comprometidos em apontar para “outros paradigmas metodológicos – que potenciam outras formas de racionalidade, racionalidades alternativas, outras epistemologias” (p. 30 – 31).

Ainda na perspectiva da autora:

[...] os destinadores das teorias pós-coloniais pretendem que elas funcionem, também, como instrumento de análise de relações de hegemonia e desvelamento da colonialidade do saber segundo uma estratégia de resistência a sistemas de conformação da tendência hierarquizante da diferença, como seja, por exemplo, o eurocentrismo (p. 31).

Stuart Hall em *Da diáspora: Identidades e Mediações culturais* no capítulo “Quando foi o pós-colonial?”, perpassa um caminho bem explicativo ao retomar e expor as críticas ao termo além de apresentar suas próprias concepções sobre o que vem a ser a teoria pós-colonial. Hall (2003) reconhece que

O “pós-colonial” pode ser um conceito confusamente universalizado, sem dúvida certo descuido e homogeneização têm ocorrido, devido à popularidade crescente do termo, seu uso extenso, o que às vezes tem gerado sua aplicação inapropriada” (p. 106).

O que parece ser mais usual para o autor, no entanto, é a ajuda que o próprio termo pode nos trazer ao alegar que

O conceito pode nos ajudar [...] a descrever ou caracterizar a mudança nas relações globais, que marca a transição (necessariamente irregular) da era dos Impérios para o momento da pós-independência ou da pós-descolonização” (p. 107).

O pós-colonial, portanto, “provoca uma interrupção crítica na grande narrativa historiográfica” (p. 113), por isso, lançar mão de narrativas literárias que podem rever e problematizar a historiografia, a qual se manteve por tantos séculos, é uma forma de procurar reescrever a história negligenciada da população escravizada e recuperar suas memórias apagadas. Por conseguinte, é possível observar tal reescrita a partir das obras *Angola Janga* (2017) e *Cumbe* (2014), de Marcelo D’Saete.

Nascido em São Paulo, em 1979, Marcelo D’Saete é um quadrinista, ilustrador e professor reconhecido nacional e internacionalmente no âmbito artístico. D’Saete publicou quatro Graphic novels e ilustrou diversos livros como *Discurso sobre o colonialismo*, de Aimé Césaire, e *A Rainha da Bateria*, de Martinho da Vila. Sua primeira Graphic *Noite de luz* foi publicada em 2008. Em 2011, o quadrinista publicou *Encruzilhada*, indicada ao prêmio

HQMIX e, em seguida, D'Salete elabora um de seus maiores sucessos, a coletânea de contos *Cumbe* que, além de ser publicada em países como Alemanha, Portugal, França e Estados Unidos, lhe rendeu o prêmio Eisner, conhecido como o maior prêmio de Histórias em Quadrinhos, e possibilitou que *Cumbe* fosse selecionado pelo Plano ler+ para fazer parte das leituras de escolas em Portugal. Já em 2017, após 10 anos de pesquisa, D'Salete lança seu primeiro romance gráfico *Angola Janga – uma história de Palmares*, vencedor do prêmio Jabuti na categoria de melhor história em quadrinhos.

Isto posto, fica evidente que o trabalho de Marcelo D'Salete é reconhecido na esfera artística assim como na esfera acadêmica, já que o quadrinista e suas produções têm sido objetos de análises e estudos acadêmicos. Sua relevância admirável dá-se pela maneira como o autor representa a população negra em diferentes contextos, seja inserida num sistema escravista colonial, seja nas vivências das grandes metrópoles.

O romance gráfico *Angola Janga* narra a história de resistência negra – que já se encontrava em andamento no Brasil no século XVI – recontando momentos históricos como a morte de Zumbi dos Palmares em 1695, e a queda do quilombo. O enredo baseia-se em fatos históricos e elementos fictícios para, nas palavras do ilustrador, contar uma história de Palmares e não “a” história (D'SALETE, 2017) cujo objetivo é criar “uma possibilidade de interpretar e reimaginar fatos” (p. 419). Já *Cumbe* é uma coletânea de contos gráficos que conta com quatro histórias isoladas em suas próprias narrativas com situações e personagens distintas, mas que se entrelaçam e interligam-se. Independente da maneira como a narração é construída, tanto *Angola Janga* quanto *Cumbe* têm como ambientalização um lugar comum: o Brasil colonial.

A historiografia oficial, por muito tempo, deixou de fora a presença da resistência negra durante o período escravista no Brasil, escolhendo recontar a vivência dos escravizados apenas a partir da experiência de submissão e violência. Não que essa experiência não tenha sido uma verdade, no entanto, quando aqueles que controlam o que se conta e curso que isso toma moldam e instituem a história da população escravizada baseada apenas na concepção de que sofreram violência atroz e que se submeteram a ela com obediência e conformidade, a historiografia cria uma história única, a qual Chimamanda Ngozi Adichie explica: “é assim, pois, que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão” (ADICHIE, 2019, p. 13). Por isso tais histórias precisam ser revistas e reescritas, já que esconder a agência do povo negro, inserido nesse sistema, desconsidera as formas com que essas pessoas tentaram, de diversas formas e a qualquer custo, sobreviver e resistir a ele.

Em *Angola Janga* e *Cumbe* são apresentadas as criações de relações afetivas e amorosas partilhadas pelos escravizados as quais também foram “esquecidas” pela historiografia oficial. O companheirismo, a solidariedade, o afeto, e a criação de ciclos familiares foram umas das maneiras de sobrevivência ao sistema colonial. Em *Na senzala uma flor* (2011), Robert Slenes demonstra a formação da família entre os cativos que ele reconhece como a “família cativa”: A “família cativa”, no entanto, não se reduzia a estratégias e projetos centrados em laços de parentesco. Ela expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de duas “esperanças e recordações”; ou melhor, ela era apenas uma das instâncias culturais importantes que contribuíram [...] para a formação da identidade nas senzalas, conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos (p. 59). No romance gráfico *Angola Janga*, Marcelo D’Salete avidamente representa a família escravizada como um núcleo amoroso e gentil, mesmo inserida num momento de guerras entre colonos e escravizados.

Não obstante, em ambas as obras, as narrativas também apresentam as lutas entre os colonos e os escravizados e demonstram como as formações de ataques e estratégias eram feitas pelos cativos. Dentre essas lutas, a presença das mulheres é recorrente e não há, entre esse grupo, uma forma de hierarquizar as partes, como por exemplo, a personagem Andala que, em *Angola Janga*, ocupa importante papel na trama. Considerada uma guerreira, Andala é uma das figuras centrais dentro das batalhas, seu protagonismo é crucial para a construção da figura feminina negra nas histórias em quadrinhos, pois a imagem da mulher negra foi constantemente representada, nas artes visuais, sob um viés estereotipado e sexualizado ultrapassando limites verossímeis de representação e estabelecendo um imaginário de inferioridade a essas figuras. Sendo assim, a presença de Andala, enquanto guerreira, contesta a ideia de que se criou acerca da mulher negra escravizada ao passo que também demonstra como essas mulheres foram parte igualmente essencial nas lutas de resistência negra.

Sem deixar de lado as investidas fortemente violentas características do sistema colonial, as obras gráficas diferenciam-se de outras produções com temáticas semelhantes no que tange à construção de personagens complexas e tridimensionais e enredos com tramas sensíveis e reais. Nas obras de Marcelo D’Salete, o protagonismo é dos escravizados e daqueles que conseguiram, por meio de luta e resistência, se opor ao sistema e fugir das senzalas. Homens, mulheres e crianças negras ganham vozes centrais nas narrativas possibilitando-os a retomado por autonomia e controle de suas vidas. Não mais passivas e subservientes, as personagens em *Angola Janga* (2017) e *Cumbe* (2014) são escritoras dos próprios destinos e agentes das próprias vontades.

Portanto, é evidente como as obras de Marcelo D'Saete conseguem reescrever a história de escravidão sob diversos prismas, negando um ponto de vista universal ao passo que abre a história e apresenta a vida desses homens, mulheres e crianças que viveram dentro desse sistema. As memórias que as obras conseguem retomar partem de concepções, experiências e vivências múltiplas que possibilitam que aquela história oficial seja questionada e que outras sejam representadas e contadas, pois, não devemos esquecer, conforme expõe Jacques Le Goff que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (1990, p. 477).

Por essas razões, é preciso que obras comprometidas em recontar “outros lados” da mesma história devem ser trazidas à tona e analisadas, pois elas, ao desestabilizarem o discurso oficial, transgridem o texto literário e confrontam aspectos além de suas páginas. *Angola Janga* e *Cumbe* ao se posicionarem contra o discurso oficial por meio da representação da agência e resistência do povo negro escravizado, da retomada da ancestralidade africana – as quais as obras optam por mostrar que não foram perdidas – e por meio das escolhas estéticas e políticas feitas por Marcelo D'Saete, promovem a retomada das histórias e ecoam as vozes daqueles que sempre tentaram calar.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. *O perigo da história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito da história*. 1987.
- BORGES, Valdeci. *História e Literatura: algumas considerações*. Revista de Teoria da História, Goiás, Ano 1, Número 3, junho/ 2010.
- D'SALETE, Marcelo. *Cumbe*. São Paulo: Veneta, 2014.
- D'SALETE, Marcelo. *Angola Janga: uma história de Palmares*. São Paulo: Veneta, 2017.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira S. A, 1968.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e Mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HENRIQUES, Isabel. *Colonialismo e História*. Cesa: Lisboa, 2015.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)
- MATA, Inocência. *Estudos pós-coloniais Desconstruindo genealogias eurocêntricas*. Revista Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 27-42, jan.-abr. 2014.
- SLENES w, Robert. *Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX - 2ª ed. corrigida*. – Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2011.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.